

GESTÃO DE MULTILINGUISMO EM ANGOLA: REFLEXÃO SOBRE O ENSINO DE LÍNGUAS ANGOLANAS DE ORIGEM BANTU NA PROVÍNCIA DO UÍGE

Eduardo David Ndombele¹
Doutor em Linguística/Unisal
Docente do ISCED-Uíge

RESUMO

O presente artigo reflecte sobre a implementação das línguas africanas de origem angolanas no sub-sistema de ensino em Angola. Especificamente, o trabalho analisa e questiona o lugar das línguas *bantu* em todos sub-sistemas de ensino. Discute as implicações da inexistência de ensino de línguas angolanas em algumas escolas do Uíge, norte de Angola. Conclui que a falta de implementação das línguas africanas de origem angolanas no Uíge parece não estar a facilitar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos cuja língua materna é Kikongo.

Palavras-chave: Multilinguismo. Línguas. Bantu. Angola.

Introdução

Angola é um país situado na parte ocidental de África Austral, a Sul do Equador. Conta com uma superfície total de 1.246.700 km², sendo que a sua costa se estende por 1.650 km. A sua fronteira terrestre é de 4.837 km. O seu comprimento máximo, no sentido Norte-Sul, é de 1.277 km. A sua largura máxima, no sentido leste, é de 1.236 km.

Os resultados preliminares do Censo 2014, com referência à data de 16 de Maio de 2014, mostram que a população residente em Angola era de 24,3 milhões de habitantes, sendo 11,8 milhões do sexo masculino (48%) e 12,5 milhões do sexo feminino (52%).

A Província de Luanda é a mais populosa, com 6,5 milhões de residentes, o que corresponde a 27% do total do país. Pelo contrário, a Província do Bengo, com 351.579 habitantes, é a menos populosa do país. A Província do Uíge tem 1.246.354 habitantes; deste número, 698.958 são homens, e o município do Uíge é o mais populoso com 493.529 habitantes, correspondendo a 35% da população da província, seguido do Negage, com 135.489, entre 64.394 do sexo masculino. Quimbele, com 129.396, e Maquela do Zombo,

¹ Endereço eletrónico: david.eduardo73@gmail.com

122.320, ocupam as posições a seguir, enquanto que Ambuíla, Bembe e Quitexe, com 16.654, 32.139 e 32.818 pessoas, respectivamente, são os municípios menos populosos. (Cf. Angop, 2016²)

A sua composição afigura-se bastante complexa. Apesar de ser quase toda de origem bantu, é composta por uma significativa diversidade étnica: as etnias de maior peso demográfico são os Ovimbundu, os Ambundu e os Bakongo.

Relativamente às suas fronteiras, o país está limitado pela República da Zâmbia a leste e a sudeste; a República da Namíbia a sul; o Oceano Atlântico a oeste; a República do Congo a noroeste e a República Democrática do Congo a norte e a leste. No que à divisão administrativa respeita, o país conta com dezoito (18) províncias, designadamente: Luanda (capital), Cabinda, Zaire, Uíge, Bengo, Malange, Lunda Norte, Lunda Sul, Kwanza Norte, Kwanza Sul, Moxico, Bié, Benguela, Huambo, Huíla, Cunene, Kwando Kubango e Namibe.

O nome **Angola** tem a sua génese no título dos reis ambundu *ngola* etimologicamente o termo é do glosónimo kimbundu, traduzido em língua portuguesa significa “força”. O termo foi adaptado pelo colonizador e resultou o nome do belo e grande país situado na parte austral de África que é hoje a República de Angola.

A exemplo de vários países africanos de África sub-sariana e não só a Angola vive uma situação de multilinguismo onde coabitam no mesmo espaço territorial três grandes famílias linguísticas nomeadamente, línguas africanas de origem não bantu (Khoisan), línguas africanas de origem bantu e língua portuguesa de origem neolatina.

A língua portuguesa, com o estatuto de língua oficial, exerce uma função plurifuncional calcada numa glotofagia de uso, nos domínios da vida sócio-político-económica, escolar e cultural no país. Também, ao difundir-se em Angola, foi encontrando outras línguas maternas ou locais. Este facto fez dela uma língua segunda, embora admitamos que o Português é igualmente a língua materna de muitos angolanos.

Em Angola, o Português é a língua usada na administração, na imprensa e na escola, como sucedia durante o período colonial. Mudiambo (2014, p. 34) afirma que:

Esta política colonial deixou algumas consequências tais como:

- A inexistência dum padrão comum de ortografia para a maior parte das línguas nacionais.
- Faltavam escolas próprias das línguas nacionais.

² Disponível: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2014/9/43/ Acesso em 15 jan.2016

Neste contexto, enquanto angolano aprendia a cultura portuguesa, perdia a sua própria cultura e nem assimilava a fundo a cultura portuguesa. Nestas circunstâncias, eram na prática inexecutáveis outras soluções a não ser a de adoptar a língua portuguesa como língua oficial. (MUDIAMBO, 2014, p. 34)

A língua portuguesa, em Angola, sobrevive numa sociedade marcada por uma forte estratificação linguística, partilhando o mesmo espaço sociolinguístico com 9 grupos etnolinguísticos, entre eles:

Tucokwe
Bakongo
Ambundu
Vangangela
Ovanyaneka-Nkhumbi
Ovahellelo
Ovakwanyama
Ovimbundu
Ovandonge

Kikongo: Ocupa principalmente as províncias de Cabinda, Zaire, Uige e Bengo

Kimbundo: Falado nas províncias de Malanje, Kuanza-Norte, Luanda, Bengo e Kuanza-Sul

Umbundo: Sua área estende-se às províncias de Bié, Huambo, Kuanza-Sul e Benguela

Tchokwe: Ocupa as províncias de Kuanza-Norte, Kuanza-Sul, Moxico e Kuando-Kubando

Nganguela: Falado nas províncias de Bié, Moxico e Cuando-Cubando e Huila

Nyaneka-Humbi: Falada em toda a província da Huila e parte do Cunene

Ambo: Falado no Kuando-Kubando e Cunene

Herero: Falado no Namibe e no Cunene

Oshindonga: Está presente no Kuando-Kubando

O primeiro património cultural que uma sociedade ostenta é sem dúvida a sua língua, pois ela veicula a cultura de um povo: é através dela que as experiências e rituais da vida das comunidades são transmitidos de uma geração para outra. Assim, cada comunidade mesmo as mais subdesenvolvidas são detentoras de uma língua, mesmo que não transcenda fronteira. (Cf. QUIVUNA, 2014)

O termo **bantu** foi proposto por Bleek, em 1860; por sua vez, o vocábulo **Bantu** indica um grupo de línguas africanas que usam o radical gramatical **ntu** para designar pessoa, com o prefixo **ba** formando um morfema do plural, assim sendo BA + NTU = BANTU. O

termo **bantu** não representa apenas uma dimensão linguística, mas também cultural e antropológica que tem semelhanças fonéticas, morfológicas, semânticas, lexicais e culturais.

Nesse aspecto, a palavra **bantu** não faz menção a situações de carácter racial que identifique ou exalte os membros de uma comunidade, mas sim de um povo com traços linguísticos e culturais comuns.

Em Angola, independentemente da dimensão geográfica e da densidade demográfica, a sua situação linguística e cultural decorre de factores históricos e sociais. Assim, em Angola, coexistem várias línguas étnicas com a Língua Portuguesa, além de línguas dos imigrantes no caso específico dos congolenses do Congo Kinsahasa e Brazaville que se instalaram no país antes e depois da independência nacional. A diversidade linguística faz de Angola uma sociedade plurilíngue e pluricultural, resultado de convivências com várias etnias, várias línguas e várias culturas. Nota-se, dessa maneira, que as línguas nacionais concorrem num mesmo espaço, no caso específico da Província do Uíge, com a Língua Portuguesa, e a língua Lingala, proveniente da RDC.

Sociolinguística Variacionista

Baseando-nos em estudos de Coan e Freitag (2010), deduzimos que os pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista apresentados pelos autores acima referenciados ajudam-nos a compreender a correlação entre língua e sociedade. Labov crê que o novo modo de fazer linguística é estudar as comunidades de fala. Os estudos empíricos possibilitaram o conhecimento e a sistematização de usos, permitindo propostas de ensino que visem à ampliação da competência linguística do aluno à medida que se ampliam os papéis sociais, como sinalizam Coan e Freitag (2010).

Silva (2014) explica que a Teoria da Variação e Mudança Linguística, também denominada de Sociolinguística Quantitativa, Sociolinguística Laboviana ou Sociolinguística Variacionista, surgiu com a publicação da obra de Weinreich, Labov e Herzog (2006[1968]) com o propósito de descrever o uso variável da língua e os determinantes sociais e linguísticos dessa variação. Dessa forma, segundo Labov (1994), o pressuposto da teoria da variação linguística é o de que a heterogeneidade é inerente a todas as línguas e que essa heterogeneidade não é aleatória, mas ordenada por restrições linguísticas e extralinguísticas. Essas restrições, conforme Silva (2014), levam o falante a usar certas formas e não outras ao fazer uso de sua língua.

Sobre esta questão, Alkmin (2001) esclarece que as variações podem ser classificadas em quatro tipos básicos: a) variação diacrônica, que resulta de mudanças ocorridas na história da língua; b) variação diatópica, que é gerada por fatores geográficos; c) variação diastrática, que é o resultado de fatores sociais, tais como idade, sexo/gênero, escolaridade, profissão e nível sócio econômico; e d) variação diafásica ou estilística, que resulta da adequação que fazem os falantes a diferentes contextos de uso. As variações diatópicas, diastráticas e diafásicas são sincrônicas, conforme a autora.

Bayley (2005 citado por SILVA, 2014, p. 96) identifica quatro contribuições potenciais da Sociolinguística Variacionista para a área de Ensino e Aprendizagem de Segunda Língua (ou Língua Estrangeira). Em primeiro lugar, a Sociolinguística Variacionista possibilita estudar os efeitos da transferência que os alunos fazem de sua língua materna em suas produções na língua-alvo.

A segunda contribuição diz respeito ao fato de que as análises detalhadas das variantes das diferentes comunidades de fala fornecem uma perspectiva muito mais realista de como as línguas funcionam do que suas gramáticas descritivas tradicionais. Os estudos empíricos realizados nas comunidades de fala das línguas-alvo são importantes para compreender o processo de transferência linguística dos aprendizes de uma segunda língua, bem como seu processo de aquisição, especialmente se os aprendizes recebem *input* de falantes de variedades não padrão.

Em terceiro lugar, análises de cunho variacionista podem esclarecer se a aquisição de uma segunda língua se dá por meio de reestruturação recorrente ou por meio de um *continuum* multidimensional. A quarta das contribuições da Sociolinguística Variacionista é sua potencialidade para elucidar o processo de aquisição dos padrões de variação de uma língua-alvo e para explicar como os aprendizes superam o estilo formal (ou não conseguem fazê-lo) que predominantemente caracteriza as interações de sala de aula. Essa superação potencialmente lhes instrumentaliza para se comunicarem com sucesso em contextos marcados pela diversidade cultural.

Quadro sociolinguístico da Província do Uíge

Uíge é uma das 18 Províncias da República de Angola, encontra-se situada na zona norte do país. A Província do Uíge tem como capital a cidade com o mesmo nome, que se

situa na parte centro-sul da Província, perto da fronteira com o Kuanza Norte. Está dividida administrativa em 16 Municípios e 31 Comunas, conforme o quadro que se segue:

Município	Comunas
Uíge	-
Ambuila	Kipedro
Songo	Kivuega
Bembe	Lukungu e Kimari
Negage	Dimuca e kisseque
Bungo	-
Makela do zombo	Kibocolo, Beu, Kuilo Futa e Sacandica
Damba	Nsosso, Lemboa, Camatambo e Petecusso
Kangola	Kaiongo e Bengo
Sanza Pombo	Alfandega, Kuilo Pombo e Uamba
Kitexe	Aldeia Viçosa, Vista Alegre e Cambamba
Kimbele	Icoca, Kuango e Alto Zaza
Milunga	Makokola, Makolo e Massau
Púri	-
Mucaba	Uando
Buegas	Buegas Sul e Kuilo Kambozo

A Província do Uíge é constituída por grupo etnolinguístico Bakongo cuja língua é Kikongo; por sua vez, a língua Kikongo possui vários dialectos que formam os sub-grupos dos bakongos, tal como podemos constatar no quadro abaixo:

SUB-GRUPOS DOS BAKONGO	
Kilinji	Kimpaka
Kikoci	Kipombo
Kikwakongo	Kisikongo
Kimboma	Kisolongo
Kinzengue	Kisuku
Kihungu	Kisundi
Kinsoso	Kivili
Kiyombe	Kizombo
Kiwoyo	Kiyaka

O Kikongo é considerada uma língua transnacional ou transfronteiriça. A estrutura morfológica do glossónimo Kikongo é o prefixo nominal *ki* e a raiz *koongo* se colocarmos o

prefixo nominal. Obtermos o etnónimo mukoongo, cujo o plural é bakongo, ou akoongo em certas variantes, a razi koongo acoplada a zero prefixo nominal corresponde ao topónimo koogo, que é o nome do Estado precolonial conhecido como o reino do Koongo. (LUSAKALALU, 2005)

Do ponto de vista linguístico, Uíge é uma sociedade plurilíngue, pois convive com muitas línguas: Kikongo, Lingala e Português e Kimbundu. Esse fenómeno faz com que Uíge seja uma sociedade dinâmica no que concerne ao processo comunicativo entre as pessoas.

Segundo Mudiambo (2014, p. 79), “o Lingala é uma das línguas Bantu, falado como idioma materno na região noroeste da República Democrática do Congo e uma grande parte da República do Congo Brazzaville. Além disso, serve como língua franca em toda extensão do território do primeiro país (...)”. No entanto, o Lingala, em Angola, não faz parte do conjunto das nossas línguas nacionais, porém, com o andar do tempo e a evolução das sociedades, tem vindo a ocupar um lugar de destaque:

A lei constitucional da República popular de Angola aprovada em 1975 consagrou a gratuidade e obrigatoriedade do ensino de base, bem como a laicidade da educação e da instrução como bases de edificação do sistema educativo angolano. A lei n. 4/75 de 9 de Dezembro do conselho da revolução aprovou a nacionalização do ensino e em 1976, com base nas recomendações do 3º plenário do comité Central do movimento popular de libertação de Angola, realizado em Luanda de 23 a 29 de Outubro, foi aprovada a lei n:72/76 de 23 de Novembro, que cria o ministério da Educação com a finalidade de regular o funcionamento do sistema educativo angolano. (KULONGA, 2014, p. 27)

Um estudo realizado no Município de Makela do Zombo, capital dos bazombo, norte do Uíge, concluiu que muitos alunos não têm o Português como sua língua materna. Sobre a questão colocada: “Durante o dia, fala mais o Português, kikongo ou lingala?” (MUGINGA, 2016, p. 39), dos 56 alunos inquiridos, 43% preferem falar kikongo enquanto que 37% assumem falar lingala durante o dia e apenas 20% dos alunos inquiridos têm o hábito de falar o Português fora da escola.

A Lei de Bases do Sistema de Educação (2001) define, no Artigo Nono, que “o ensino nas escolas é ministrado em língua portuguesa”, sendo que “o Estado promove e assegura as condições humanas, científico-técnicas, materiais e financeiras para a expansão e a generalização da utilização e do ensino de línguas nacionais” e “sem prejuízo do nº 1 do presente artigo, particularmente no subsistema de educação de adultos, o ensino pode ser ministrado nas línguas nacionais”.

As evidências parecem indicar que a língua portuguesa a que este artigo nono se refere e que atribui prestígio e legitimidade na matriz curricular não é a língua materna de muitos alunos da regedoria de Kimbata no Município de Maquela do Zombo. As línguas nacionais, no caso de Kikongo, não é a primeira e nem a língua segunda de muitos discentes desta zona fronteiriça. Parece não ter relação alguma o que é regido actualmente, pelo documento matriz promulgado em Dezembro de 2001 pela Assembleia da República, com o contexto tão peculiar das escolas fronteiriças.

A situação sociolinguística de Kimbata é extensiva à comuna de Kuango no Município de Kimbele, a 260 quilómetros da Província do Uíge, onde cerca de 80% dos alunos só falam Kikongo e Lingala. Na comuna de Massau, Município de Milunga, aldeia de Kizabazaba, também vive a mesma realidade onde mais de 90% dos alunos não têm o português como língua materna, nem língua segunda falando apenas o Kikongo e o Lingala.

Uma situação deplorável e bastante comum de alunos angolanos residentes nas zonas fronteiriças, não dominando nem a língua portuguesa, nem uma língua africana de origem angolana. São matriculados nas escolas e lhes são ministradas as aulas em Português. Isso faz com que sintam dificuldades enormes na aprendizagem não só de Português como disciplina obrigatória, mas também pelo facto de a Língua Portuguesa ser exigida nas restantes disciplinas curriculares: Geografia, Biologia, Química, Matemática *etc.*, pois as disciplinas são ensinadas na língua oficial, a Língua Portuguesa. Sendo assim, “se os alunos não dominarem esta língua, a compreensão dos conteúdos destas disciplinas fica seriamente posta em causa, impedindo o seu sucesso na vida escolar” (GONÇALVES E DINIZ, 2004 citados por TIMBANE, 2015, p. 93).

A multiplicidade de línguas africanas de origem angolana é reflexo da pluralidade étnica de seu povo. Cada língua africana de origem angolana normalmente está associada a um grupo étnico ao qual o indivíduo pertence ou à aldeia de onde seus pais são originários.

A diversidade linguística de Angola é uma das principais marcas da sua cultura. Embora a Língua Portuguesa seja a língua oficial do país, existe uma diversidade de línguas. Para a maioria da população, estas línguas que, no nosso contexto, são designadas de “nacionais” constituem a língua materna e a mais utilizada na comunicação diária, sobretudo nas zonas rurais. O facto de Angola adoptar o Português como língua oficial resulta do seu passado com a presença da administração colonial, por um período de cerca de 500 anos. Alcançada a independência nacional, em 1975, o Português passou a ser a língua oficial do país, de acordo o artigo 19, da lei constitucional de Angola.

“1. A língua oficial da República de Angola é o português”

No Uíge, existe o Kikongo como língua nacional utilizada pela maioria da população desta Província, e o Kimbundo que é falado dentro desta comunidade nos municípios de Negage e Kangola. O Kikongo sendo a língua falada pela maior densidade populacional, a interacção entre as comunidades etnolinguísticas diferentes do Kikongo e do Kimbundo deu origem à variante Kihungu, que é falada em algumas comunidades dos municípios de Negage, Quitexe, Puri, Bungo e Kangola.

Em um outro estudo realizado no Município de Negage, o pesquisador, quando procurava saber sobre a não existência das línguas maternas nos níveis de ensino no município de Negage, obteve como resultado que, dos 30 professores pesquisados, 17 docentes confirmaram que a inexistência de ensino de línguas maternas nas escolas deve-se à política educativa de Angola e do Governo local, correspondendo 57%. (CATONGO, 2016)

A este respeito, o Dr. António Agostinho Neto, primeiro Presidente da República de Angola, no seu discurso, em 1977, na Assembleia da união dos escritores de Angola, deixava transparecer a ideia de uma reconversão linguística, cito: “O uso exclusivo da Língua Portuguesa, como língua oficial, veicular e utilizável actualmente na nossa literatura, não resolve os nossos problemas. Tanto no ensino primário, como provavelmente no médio, será preciso utilizar as nossas línguas nacionais”.

Na mesma senda de reconversão linguística e cultural, o saudoso Presidente Agostinho Neto dizia: “Porquanto, a reconversão cultural não pode ser feita, nas nossas condições, em uma só geração esforço, eu estou seguro disso, será feito. Mas os seus efeitos só se farão sentir muito mas tarde, quando as condições materiais forem suficientemente determinantes de uma nova consciência”.

Reconversão começou sobre base sólida, pois alguns anos depois da independência e já com uma visão ampla, no mesmo espírito de reconversão e dirigindo-se à União de escritores angolanos (UEA), afirmou: “Camarada neste momento já não é aceitável a ideia de fazer entrar na categoria de escritores apenas aqueles que manejam com perfeição a língua portuguesa...” (KUKANDA, 1988, p. 65)

Em função do contexto sociolinguístico, a socialização e a acomodação da maioria da população da Província do Uíge são feitas através da língua Kikongo. No entanto, grande parte desta população tem o Kikongo como língua materna e o Português como língua não materna, visto que ambas as línguas estão em contacto permanente, sobretudo no que diz

respeito ao processo de empréstimo e adaptações, visando ao desenvolvimento lexical de uma e de outra. Verificam-se unidades lexicais em Português que vieram de Kikongo e em Kikongo que vieram do Português, processos aos quais atribui-se a designação de quiconguismo e portuguesismo em Kikongo (QUIVUNA, 2014).

Para Fonseca (2012), embora o fervor político na reposição dos valores culturais seja bem notório, como revela o grande poeta de Angola Dr. Agostinho Neto em havemos de voltar, quando a determinada altura poetizou:

À frescura da mulemba
às nossas tradições
aos ritmos e às fogueiras
havemos de voltar
À marimba e ao quissangue
ao nosso carnaval
havemos de voltar.
À bela pátria angolana
nossa terra, nossa mãe
havemos de voltar...

A herança colonial ainda é muito forte, principalmente pelo facto de nos centros urbanos se falar basicamente o português. (FONSECA, 2012)

Conclusão

Nesse artigo, propusemos, inicialmente, uma reflexão sobre o ensino de línguas angolanas de origem africana que, depois da independência nacional, passaram a ser designadas por línguas nacionais. A diversidade linguística e cultural é uma marca facilmente perceptível na Província do Uíge, essa diversidade ocorre por vários factores, presentes no percurso de formação do território e da população uigense. No entanto, poucos são os trabalhos científicos que tratam da diversidade de línguas faladas nesta região norte de Angola, diante desse quadro geográfico e linguístico, este artigo procurou analisar a situação de gestão de multilinguismo presente nas escolas do Uíge e como o ocorre o ensino de línguas nacionais dentro do contexto de diversidade linguística nesta zona fronteiriça.

O Kikongo é uma das línguas mais importante da Província do Uíge e tem cerca de 90% de falantes de Maquela do Zombo à Kitexe, esta língua tem maior facilidade de conquistar e de se estabelecer em ambientes mais formais. O Kikongo tem o seu espaço social espontaneamente estabelecido, tendo em conta que esta língua se liga ao dia a dia de milhares

de bakongo que, mesmo sabendo falar a Língua Portuguesa, tem-na como um instrumento válido para sua actividade quotidiana. Como evidência, temos o facto de, na maioria dos casos, os problemas mais importantes do dia a dia serem resolvidos com base nos usos e costumes da língua Kikongo, fazendo recurso aos provérbios. A título de exemplo: *Mamona mbua ma fuila cumbundu* (língua Kikongo)

Tradução: O que o cão viu só ele sabe.

Moral do Provérbio: Nem tudo que vê deve ser comentado.

Referências

ALKMIN, Tania. Sociolinguística — Parte I. In MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. *Introdução à linguística*. São Paulo: Cortez, 2001. v. 1.

CATONGO, Almeida. *Implementação da língua nacional no sistema de ensino no município de Negage*. Monografia de licenciatura ISCED-Uíge, 2016.

FREITAG, R. M. K. Sociolinguística Variacionista: pressupostos teórico-metodológicos e propostas de ensino. *Domínios de Lingu@agem*, v. 4, n. 2, 2010, p. 173-194.

LUSAKALALU, Pedro. *Línguas e unidades glossonímicas contribuição para um estudo da diversidade linguística*. Luanda: Nzila, 2005.

KULUNGA, reformas do sistema educativo e ensino primário em Angola (1975-2010). *Revista de Ciência da Educação*, n. 9, Luanda, 2014. p. 33.

KAPITIYA, Francisco. *ABC de metodologia científica: noções de estudo*. 4ª ed. Secretariado Diocesano de Pastoral: Benguela, 2008.

KUKANDA, Vatome. *Introdução à Sociolinguística*. CDI, ISCED- Huila, 1988.

LABOV, William. *Principles of linguistic change*. Oxford: Blackwell, 1994. v. 1.

MUGINGA, Januário. *Gestão de línguas no contexto multilíngue: caso de Português na fronteira de Kimbata*. (município de Makela do Zombo). Monografia de licenciatura, ISCED-Uíge, 2016.

MUDIAMBO, Quibongue. *Estudos linguísticos sobre a lexicologia e a lexicografia de aprendizagem aplicados ao ensino da língua portuguesa*. Lisboa: edições Colibri, 2014.

NDOMBELE, D. Eduardo. *Sugestões práticas e simples para elaboração de projecto científico e monografia (TFC)*. Gráfica Ok-Uíge, 2015.

NDOMBELE D. Eduardo. *Políticas linguísticas em Angola*. Luanda: Ed.C&D, 2016.

QUIVUNA, Manuel. *Lexicologia aplicada ao ensino de léxico em Português língua não materna*. Lisboa: Edições Colibri, 2014.

SILVA, Izabel. Sociolinguística Variacionista, Ensino de Línguas Estrangeiras e Avaliação de Livros Didáticos. *A Palavrada Bragança – PA*, n. 6, julho-dezembro/2014. p. 93-104.

SOUSA, Fonseca. *Etnografia de Angola*. Luanda: Mayamba editor, 2012.

TIMBANE, Alexandre António. A complexidade do ensino em contexto multilingue em Moçambique: políticas, problemas e soluções. *Calidoscópio*, n. 6, 2015. p. 23.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William e HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MANAGEMENT OF MULTILINGUALISM IN ANGOLA: REFLECTION ON THE TEACHING OF ANGOLAN LANGUAGES OF BANTU ORIGIN IN THE PROVINCE OF UÍGE

ABSTRACT

This article reflects on the implementation of African languages of Angolan origin in the sub-systems of education in Angola. Specifically, the paper analyzes and questions the place of Bantu languages in all sub-systems of education. It discusses the implications of the lack of teaching of Angolan languages in some schools in Uíge, northern Angola. It concludes that the lack of implementation of the African languages of Angolan origin in Uíge seems to be not facilitating the teaching and learning process of the students whose mother tongue is Kikongo.

Key words: Multilingualism. Languages. Bantu. Angola.

Envio: Dezembro/2016
Aceito para publicação: Dezembro/2016